

CADERNO DE ENCARGOS

PARTE I

Capítulo I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª

Enquadramento

1. O presente procedimento, tem por objeto a **“Aquisição de equipamento audiovisual para a Casa da Cultura”**.
2. Na execução do fornecimento abrangido pelo supracitado contrato, observar-se-ão as cláusulas do contrato e o estabelecido em todos os documentos que dele fazem parte integrante.
3. Para além dos regulamentos e dos documentos normativos referidos neste Caderno de Encargos, fica o fornecedor obrigado ao pontual cumprimento de todos os demais que se encontrem em vigor e que se relacionem com o objeto do contrato.
4. A responsabilidade de todos os serviços incluídos no contrato, seja qual for o agente executor, será sempre do concorrente e só dele, não reconhecendo o Município de Santa Comba Dão (doravante designado por Entidade Adjudicante) a existência de quaisquer outros que trabalhem por conta ou em combinação com o fornecedor.
5. Em tudo o que não estiver expressamente previsto no presente Caderno de Encargos, serão observadas as disposições constantes das normas legais em vigor.

Cláusula 2.ª

Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende o clausulado a incluir no contrato a celebrar, na sequência do procedimento pré-contratual de consulta prévia simplificada, que tem por objeto a **“Aquisição de equipamento audiovisual para a Casa da Cultura”**, nos termos do disposto do artigo 2.º, alínea b) da Lei n.º 30/2021, de 21 de maio.

Cláusula 3.ª

Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos, designadamente o convite e caderno de encargos.

2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo fornecedor.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo fornecedor, nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 4.ª

Prazo contratual

1. O contrato entrará em vigor no dia útil seguinte à data da aposição da última assinatura digital no respetivo contrato escrito.
2. Sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da sua cessação, o contrato terminará a sua vigência quando for atingido o primeiro dos seguintes limites:
 - a) Prazo de execução de 8 (oito) meses;
 - b) O valor contratual, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
3. Durante o período de vigência do contrato, o fornecedor não pode efetuar qualquer alteração ao preço e às condições acordadas com a Entidade Adjudicante.
4. Sem prejuízo das normas legais imperativas, relativas ao reequilíbrio financeiro, findo o prazo referido no nº 2, e caso não tenha sido atingido o preço contratual estabelecido no âmbito do contrato, o mesmo extingue-se sem que assista ao fornecedor direito a qualquer indemnização pelo valor das prestações não executadas.

Capítulo II

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Secção I

Obrigações do Fornecedor

Subsecção I

Disposições gerais

Cláusula 5.ª

Obrigações principais do Fornecedor

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato, decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:
 - 1.1. Fornecer os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos nas Cláusulas Técnicas – Parte II, do presente Caderno de Encargos;
 - 1.2. Garantir a todo o momento a qualidade do bem, de acordo com o previamente contratualizado, prestando informações detalhadas sempre que solicitadas pela Entidade Adjudicante;
 - 1.3. Fornecer os bens com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
 - 1.4. Manter a validade de todas as autorizações legalmente exigidas para o exercício da atividade profissional;
 - 1.5. Desempenhar as suas funções de acordo com as condições constantes da sua proposta;
 - 1.6. Assegurar a garantia dos bens a fornecer;
 - 1.7. Sujeitar-se à ação fiscalizadora da Entidade Adjudicante;
 - 1.8. Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, à Entidade Adjudicante os factos que tornem total ou parcialmente impossível o fornecimento dos bens objeto do procedimento, ou o cumprimento de outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado com a Entidade Adjudicante. Sempre que houver interrupção da prestação de serviços não programada, o fornecedor emitirá, no prazo de 10 (dez) dias após a interrupção, um relatório com informação sobre os motivos da mesma, e proposta de calendarização alternativa;
 - 1.9. Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato;

- 1.10. Não alterar as condições do fornecimento fora dos casos previstos no presente Caderno de Encargos;
 - 1.11. Disponibilizar à Entidade Adjudicante a informação relevante para a gestão dos contratos;
 - 1.12. Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que é efetuado o fornecimento, assim como prestar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias;
 - 1.13. Comunicar à Entidade Adjudicante qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para a prestação de serviços, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
 - 1.14. Responsabilizar-se quaisquer encargos decorrentes da utilização, na prestação, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças. Caso a Entidade Adjudicante vier a ser demandada por ter infringido qualquer dos direitos acima mencionados, o fornecedor indemnizá-la-á de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for;
 - 1.15. Garantir a confidencialidade assim como manter sigilo quanto a toda a informação e conhecimento disponibilizados;
 - 1.16. Respeitar as normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género e de prevenção e combate à corrupção, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional;
2. A título acessório, o fornecedor fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais, informáticos e demais meios que sejam necessários e adequados ao fornecimento dos bens identificados na sua proposta, bem como ao estabelecimento do sistema de organização indispensável à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo;
 3. A Entidade Adjudicante pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguros e demais documentos referidos na presente cláusula ou nas especificações técnicas do presente Caderno de Encargos, devendo o fornecedor fornecê-la no prazo que lhe for fixado.

Cláusula 6.ª

Conformidade e operacionalidade

1. O fornecedor obriga-se a fornecer os bens do presente procedimento nos termos, condições e prazos acordados, em completa observância do prescrito neste Caderno de Encargos e na proposta apresentada.
2. Todos os bens devem ser fornecidos em perfeitas condições para os fins a que se destinam e devidamente instruídas pelos documentos que sejam necessários para a sua boa e integral execução e funcionamento, incluindo instruções/especificações e outros.
3. O fornecedor é responsável, perante a Entidade Adjudicante, por qualquer discrepância verificada entre as condições de contratação por si definidas e as efetivamente contratadas.

Cláusula 7.ª

Controlo da execução, acompanhamento e inspeção

1. A Entidade Adjudicante designará um gestor do contrato, que disporá de poderes bastantes para resolver todas as questões que lhe sejam colocadas pelo fornecedor e o qual fará a inspeção e o acompanhamento do fornecimento dos bens;
2. Durante o fornecimento a que se refere o número anterior, o fornecedor deve facultar à Entidade Adjudicante toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, bem como livre acesso a toda a documentação produzida no âmbito da execução do contrato, podendo fazer-se representar por pessoas devidamente credenciadas para o efeito.
3. A Entidade Adjudicante poderá impor a substituição do gestor do contrato quando este, de forma reiterada, faltar ao cumprimento das suas obrigações ou demonstrar falta de conhecimento das Especificações Técnicas do Caderno de Encargos, de que resulte prejuízo para o bom e atempado cumprimento das obrigações do fornecedor.
4. O fornecedor não pode invocar qualquer tipo de pretexto resultante de desconhecimento da natureza, importância ou âmbito dos serviços a realizar, para atenuar a responsabilidade que assume com a execução do contrato.

Cláusula 8.ª

Inoperacionalidades, defeitos ou discrepâncias

1. Se no decorrer da execução do contrato não se comprovar a total operacionalidade dos serviços objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos nas Cláusulas Técnicas, a Entidade Adjudicante deve disso informar, por escrito, o fornecedor.

2. No caso previsto no número anterior, o fornecedor deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela Entidade Adjudicante, às alterações necessárias para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
3. Após o fornecedor proceder às correções necessárias, no prazo respetivo, a Entidade Adjudicante efetua uma nova inspeção de aceitação, nos termos da cláusula anterior.
4. São excluídos de garantia todas discrepâncias que notoriamente resultarem de utilização abusiva ou de negligência da Entidade Adjudicante, bem como todas as anomalias resultantes de fraude, ação de terceiros, de caso fortuito ou força maior.
5. Em caso de anomalia detetada no objeto do contrato, o fornecedor compromete-se a intervir, sem prejuízo do direito ao pagamento de honorários devidos, se a anomalia resultar de facto que não lhe seja imputável.

Cláusula 9.ª

Conflitos de interesse e imparcialidade

1. O fornecedor deve prosseguir a sua atividade de acordo com a lei aplicável e com todas as regras de boa-fé, tomando todas as medidas necessárias para evitar a ocorrência de quaisquer situações que possam resultar em conflito de interesses da Entidade Adjudicante.
2. O fornecedor obriga-se a não praticar qualquer ato ou omissão, do qual possa resultar quaisquer ónus ou responsabilidades para a Entidade Adjudicante ou para os seus direitos e interesses.

Cláusula 10.ª

Confidencialidade e Proteção de Dados Pessoais

1. O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Entidade Adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que seja comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido das entidades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

3. As partes só podem divulgar as informações referidas nos números anteriores, na medida em que tal seja estritamente necessário à execução do contrato, mediante autorização da parte que as haja prestado, ou se forem estritamente necessárias ao exercício do direito de defesa em processo contencioso.
4. No caso previsto no número anterior, as partes devem garantir, em reciprocidade e em condições satisfatórias, a assunção, por escrito, de idêntico compromisso de confidencialidade pelos terceiros que acedam às informações abrangidas pelo dever de confidencialidade.
5. São suscetíveis de serem consideradas informações confidenciais, sem prejuízo de outras que as partes decidam qualificar como tal, as que, a serem divulgadas, possam causar danos a qualquer uma das partes ou a terceiros, ou perturbar o normal desenvolvimento dos trabalhos objeto deste Caderno de Encargos.
6. Cada uma das Partes obriga-se expressamente a tratar e manter de forma absolutamente confidencial toda a informação privilegiada de que venha a tomar conhecimento, abstendo-se de a revelar, total ou parcialmente.
7. As Partes obrigam-se expressamente a utilizar a Informação Privilegiada única e exclusivamente para os efeitos do presente procedimento, abstendo-se de qualquer uso fora deste contexto e independentemente dos fins, quer em benefício próprio quer de terceiro.
8. O fornecedor obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pela entidade adjudicante ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.
9. Os dados pessoais a que o fornecedor tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante, ao abrigo do contrato, serão tratados em estrita observância das regras e normas da entidade adjudicante.
10. O fornecedor compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante, ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pela entidade adjudicante.

- 11.As Partes mais se obrigam a garantir que a obrigação de confidencialidade aqui prevista será respeitada pelos seus trabalhadores, colaboradores e/ou qualquer pessoa que, em razão do trabalho ou serviço que preste, possa ter acesso a tal informação.
- 12.O fornecedor será responsável por qualquer prejuízo em que a entidade adjudicante venha a incorrer em consequência da quebra de confidencialidade, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no presente contrato.
- 13.O fornecedor obriga-se, em matéria de tratamento de dados pessoais, a cumprir o disposto no Regulamento Geral da Proteção de dados (Lei n.º 58/2019, de 08 de agosto, doravante designada por RGPD), e demais legislação aplicável, em particular o Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, nomeadamente :
- a. Utilizar e tratar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante, única e exclusivamente para efeitos da realização das prestações compreendidas no objeto do presente contrato;
 - b. Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;
 - c. Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;
 - d. Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que a entidade adjudicante esteja vinculada, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;
 - e. Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção e tratamento dos dados pessoais tratados por conta da entidade adjudicante contra a respetiva destruição, accidental ou ilícita, a perda accidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;
 - f. Prestar à entidade adjudicante toda a colaboração de que este careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do contrato e manter a entidade adjudicante

informada em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;

- g. Assegurar que os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas no caderno de encargos.
14. O fornecedor obriga-se a garantir que as empresas por si subcontratadas cumprirão o disposto no RGPD e demais legislação aplicável, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que o fornecedor celebre com outras entidades por si subcontratadas.
15. O fornecedor será responsável por qualquer prejuízo em que a entidade adjudicante venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato.
16. Para efeitos do disposto nos números anteriores, entende-se por “colaborador” toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao fornecedor, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o fornecedor e o referido colaborador.
17. No caso em que o fornecedor seja autorizado pela entidade adjudicante a subcontratar outras entidades para a realização da sua prestação contratual, o mesmo será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas.

Cláusula 11.ª

Prazo de dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor pelo prazo de 5 (cinco) anos, a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Seção II

Obrigações da Entidade Adjudicante

Cláusula 12.ª

Obrigações principais da Entidade Adjudicante

Constituem obrigações da Entidade Adjudicante:

1. Efetuar o controlo da qualidade dos bens, designadamente no que respeita ao cumprimento das características técnicas, funcionais, entre outras, contratadas;
2. Monitorizar o fornecimento, em período regulares, designadamente medir o grau de execução das atividades, anotando os desvios detetados, identificando as causas, solicitando ao fornecedor a introdução de medidas corretivas, se aplicável;
3. Cooperar, prestando com exatidão e atempadamente todas informações necessárias, indicando, entre outras, as circunstâncias que conheça e que razoavelmente deva ter por significativas alterações inerentes ao contrato a celebrar e documentos originais necessários à execução do fornecimento;
4. Efetuar, nos prazos contratualmente fixados, os pagamentos das quantias devidas e quaisquer outros encargos da sua responsabilidade;
5. Comunicar ao fornecedor quaisquer sinistros que ocorram com as viaturas;
6. Pagar todas as coimas e multas por infração do código de estrada que lhe sejam reencaminhadas pelo fornecedor.

10

Cláusula 13.ª

Preço contratual

1. Pelos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Entidade Adjudicante deve pagar ao fornecedor, o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço contratual não poderá exceder o valor base do procedimento, fixado em **149.842,00€ (cento e quarenta e nove mil oitocentos e quarenta e dois euros)**, acrescido de imposto sobre o valor acrescentado (IVA) à taxa legal em vigor.
3. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Entidade Adjudicante, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 14.ª

Condições de pagamento

1. Os valores a faturar respeitarão os valores apresentados na proposta adjudicada, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor;
2. Os pagamentos serão efetuados pela Câmara Municipal de Santa Comba Dão no prazo máximo de 30 dias, após a apresentação da respetiva fatura, a qual só pode ser emitida após o vencimento da obrigação a que se refere.
5. Em caso de discordância por parte do Município de Santa Comba Dão, quanto aos valores indicados nas faturas, esta deve comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este último obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à regularização da situação.
6. Se ocorrer qualquer atraso no pagamento da fatura referida, a presente cláusula não autoriza o fornecedor a invocar a exceção de não cumprimento de qualquer das obrigações a que está adstrito, salvo nos casos previstos no artigo 327.º do Código dos Contratos Públicos.

Capítulo III

PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

Cláusula 15.ª

Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Entidade Adjudicante pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, e por valor equivalente ao(s) limite(s) máximo(s) legalmente aplicável(eis).
2. Na determinação da gravidade do incumprimento, a Entidade Adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.
3. O valor acumulado das sanções pecuniárias não pode exceder 20% do preço contratual, sem prejuízo do poder de resolução do contrato.
4. Nos casos em que seja atingido o limite previsto no número anterior e a Entidade adjudicante decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%, de acordo com o definido pelo artigo 329º do CCP.

5. A Entidade Adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
6. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a Entidade Adjudicante exija uma indemnização pelos danos decorrentes do incumprimento do fornecedor.
7. A aplicação das sanções previstas na presente cláusula será objeto de audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 308.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 16.ª

Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - 3.1. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
 - 3.2. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - 3.3. Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - 3.4. Manifestações populares devidas ao incumprimento, pelo fornecedor, de normas legais;

- 3.5. Incêndios ou inundações, com origem nas instalações do fornecedor, cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- 3.6. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
- 3.7. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais, afetadas pelo período comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 17.^a

Resolução por parte do Município de Santa Comba Dão

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na Lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar, de forma grave ou reiterada, qualquer das obrigações que lhe incumbem, nos termos previstos nos artigos 333.º e 448.º por remissão do artigo 432.º, todos do CCP, designadamente, nos casos de:
 - a) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao prestador de serviços;
 - b) Oposição reiterada do fornecedor ao exercício dos poderes de fiscalização da entidade adjudicante;
 - c) Incumprimento, por parte do fornecedor e/ou do(s) colaborador(es) por ele a afetar, de ordens, diretivas ou instruções transmitidas pelos representantes da entidade adjudicante no exercício do poder de direção sobre matéria relativa à execução da prestação de serviços;
 - d) Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas com inobservância dos termos e limites previstos na Lei ou no Contrato;
 - e) Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite previsto no n.º 2 do artigo 329.º do CCP;
 - f) O fornecedor se apresentar à insolvência ou esta seja declarada pelo tribunal.

2. A Entidade Adjudicante também pode resolver o contrato por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, ou com fundamento na alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes fundaram a decisão de contratar, conforme artigos 335.º e 336.º do CCP.
3. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela Entidade Adjudicante, podendo o fornecedor pronunciar-se sobre a resolução do contrato, a título sancionatório, nos termos previstos na Lei.

Cláusula 18.ª

Resolução por parte do fornecedor

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na Lei, o fornecedor pode resolver o contrato em caso de:
 - a. Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;
 - b. Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável à entidade adjudicante;
 - c. Incumprimento de obrigações pecuniárias pela entidade adjudicante, por período superior a 6 (seis) meses ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;
2. O direito de resolução é exercido por via judicial ou mediante recurso à arbitragem.
3. Nos casos previstos no ponto 1.3., o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada pelo fornecedor à entidade adjudicante, a qual produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se o fornecedor cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
4. A resolução do contrato, nos termos dos números anteriores, não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

Capítulo IV

PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

Cláusula 19.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo da área de jurisdição da Entidade Adjudicante, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo V

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cláusula 20.ª

Subcontratação e Cessão da Posição Contratual

A subcontratação do fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos dos artigos 316.º e seguintes do CCP.

Cláusula 21.ª

Comunicações e Notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser escritas e redigidas em português:
 - 1.1. Na fase de formação do contrato devem ser efetuadas através da plataforma eletrónica de contratação pública utilizada pela Entidade Adjudicante;
 - 1.2. Na fase de execução do contrato, podem ser efetuadas através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados ou por via postal, por meio de carta registada ou de carta registada com aviso de receção, para o domicílio ou sede contratual de cada uma das respetivas entidades a identificar no cabeçalho do contrato.
2. No caso das comunicações do fornecedor à Entidade Adjudicante, as mesmas devem ser dirigidas ao gestor do contrato, a identificar no contrato.
3. Qualquer alteração das informações de contacto, constantes do contrato, deve ser comunicada à outra parte, por escrito e com aviso de receção.
4. Qualquer comunicação efetuada através de correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita ou eletrónica de dados, considera-se feita na data da respetiva expedição, salvo no que respeita às comunicações que tenham como destinatário a Entidade Adjudicante que sejam efetuadas após as 17 horas do local da receção ou em dia não útil nesse mesmo local, as quais se presumem feitas às 10 horas do dia útil seguinte.

Cláusula 22.^a

Contagem dos Prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 23.^a

Legislação Aplicável

Em tudo o que não se encontrar especialmente regulado, aplicam-se as disposições constantes do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na atual redação dada pela Lei n.º 30/2021, de 21 de maio e demais legislação portuguesa e europeia, de acordo com a natureza dos serviços a contratar.

PARTE II

CLÁUSULAS TÉCNICAS

Cláusula 24.^a

Enquadramento

O objeto da presente procedimento consiste na aquisição de equipamento (DCP) de vídeo, imagem para cineteatros e centros de arte contemporânea públicos, no âmbito do Aviso 08/C04-i01/2022.POT n.º 8_C04i01_2022_28.

Cláusula 25.^a

Equipamentos

O Município de Santa Comba Dão integra a Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses (RTCP), e pretende dotar a Casa da Cultura com equipamento audiovisual, sendo;

1. CINEMA DIGITAL (DCP)

a) 1 x unidade - Projetor de Vídeo de Cinema Digital, com as seguintes características:

- Brilho nativo mínimo de 11.000 lumens (típico);
- Razão de contraste nativa mínima de 2200:1 (típico) e até 3000:1 com lente HC;
- Dispositivo de micro-espelhos digital com 3x 0.69" u2K;
- Resolução mínima de 2K: 2048 x 1080;
- Duração média do sistema de luz de 40000 horas;
- Gama de cores em conformidade com DCI P3;
- Fonte de luz laser;
- Arrefecimento integrado;
- Dimensões não superiores a 650 x 880 x 420 mm (LxPxA);
- Peso não superior a 70 Kg;
- Consumo energético não superior a 1,1 kW (3 W no modo económico);
- Nível de ruído não superior a 46 dB (A) a 1m e 25 °C de temperatura ambiente;
- Suporte de projeção 3D com sistemas de óculos ativos e sistemas polarizados em telas cinzentas;
- Controlo através de ecrã tátil ou via remota por web.

b) 1 x unidade – Objetiva para projetor de Vídeo de Cinema Digital;

- Deverá ser fornecida objetiva com zoom motorizado, compatível com o projetor de vídeo de cinema digital a fornecer, e da mesma marca. A lente deverá ter as características necessárias, que permitam o preenchimento da tela, à distância a que o projetor será instalado.

c) 1x unidade - Bancada para projetor

- Deverá ser fornecida bancada para projetor de cinema digital, com regulação em altura e inclinação, com rack de 19" incorporado para eventual instalação de periféricos e respetivas alimentações.

d) 1 x conjunto - Kit de cabos e fichas para interligação de equipamentos

- Deverá ser fornecido um conjunto de cabos e fichas que permitam a correta e total interligação dos equipamentos a fornecer.

e) 1 x unidade - Servidor de Cinema Digital, com as seguintes especificações:

- Devidamente certificado para a utilização em causa;
- Possibilidade de integração no projetor de vídeo a fornecer;
- DCI 4K 2D até 60 fps;
- DCI 4K 3D (24 ou 30 fps por olho);
- 3D 2K com altas taxas de quadros DCI até 120 fps (60 fps por olho);
- Taxas de bits de JPEG 2000 de até 625 Mbps;
- Correção de cores de dois canais;
- MPEG-2 (4:2:0 e 4:2:2 até 60 fps);
- 2x HDMI2.0a (até 4K 2D 60 fps);
- 2x entradas 3G-SDI;
- 16x canais de áudio AES/EBU (2x RJ45);
- 8x GPI, 8x GPO (4x RJ45);
- 2x Gbe para conectividade e inserção de conteúdo;
- 2x USB 3.0 acessíveis pela frente para inserção rápida;
- 2x USB 2.0 acessíveis pela frente;
- Marca de água em vídeos e áudio;
- Dispositivos com "closed caption", com suporte para SMPTE 430-10;

- Transmissão de conteúdo de IP ao vivo;
 - Armazenamento efetivo de 2 TB (RAID-5) / 3 discos rígidos de 1 TB com troca rápida e 2,5".
 - O fornecimento deverá incluir um computador portátil com um processador tipo Intel Core i5 ou equivalente, 8GB de RAM e disco SSD com 512GB de capacidade.
- f) 1 x unidade - UPS para Projetor de Vídeo e Servidor de Cinema
- Deverá ser fornecida UPS com capacidade para alimentar o projetor e servidor de vídeo de cinema digital a fornecer. certificado para a utilização em causa;
- g) 1 x unidade - Processador de som de Cinema Digital, com as seguintes especificações:
- Crossover incorporado, que converta o áudio numa configuração surround de até 7.1, para sistemas passivos, bi-amplificados ou tri-amplificados;
 - Presets incorporados;
 - Ecrã LCD para verificação do estado do sistema;
 - Controlo remoto por ethernet;
 - Conetor USB para importação e exportação de ficheiros de presets;
 - Gestão e processamento de áudio de cinema;
 - Possibilidade de montagem em rack de 19";
- h) 1 x unidade - Router de 5 portas, com as seguintes especificações:
- Arquitetura MIPSBE;
 - Frequência nominal do processamento de 850 MHz;
 - Dimensões não superiores a 115x90x30mm;
 - Peso não superior a 150g;
 - 5 portas ethernet RJ45 de 10/100 Mbps;
 - 64MB de memória RAM;
 - Tecnologia MPLS.

i) Instalação, Programação, Testes e Formação

- Serviço de instalação de todos os equipamentos, programação dos mesmos, testes e formação aos técnicos locais;

2. EQUIPAMENTO DE PROJEÇÃO

- a) 1 x unidade – Tela de projeção de Cinema e Vídeo para suspensão na estrutura existente, com as seguintes características:
- Tela perfurada para projeção frontal;
 - 9 metros de largura e 4,1 metros de altura;
 - 1.4 de ganho;
 - Ilhós no topo;
- b) 1 x unidade – Ciclorama para suspensão na estrutura existente, com as seguintes especificações;
- Tela em PVC para projeção frontal;
 - 11 metros de largura e 6 metros de altura;
 - Ilhós no topo;
 - Bolso para tubo na base;
- c) 1x unidade – Projetor de Vídeo 4K, com as seguintes especificações principais:

Tecnologia	DLP
Resolução	UHD (3840x2160)
Luminosidade	5000 lumens
Contraste	300,000:1
Fonte de Luz	laser, com tempo médio de vida de 30000 horas
Função de Lens Shift	+15% vertical
Rácio de Projeção	1.39:1 ~ 2.22:1
Distância de Projeção	1.3m - 9.3m
Zoom	1.6 manual
Entradas	2 portas HDMI
Saídas	1 porta áudio 3.5mm, 1x porta S/PDIF, 1 porta USB-A
Portas para Controlo	1x porta USB-A, 1x porta RS232, 1x porta RJ45 e 1x

	porta de trigger 12V
Nível de Ruído	não superior a 32 dB
Compatibilidade PC VGA, Mac	UHD, WUXGA, FHD, UXGA, SXGA, WXGA, HD, XGA, SVGA,
Compatibilidade 2D	UHD: 2160p(24/50/60Hz) / HDTV: 720p(50/60Hz), 1080i(50/60Hz), 1080p(24/50/60Hz) / SDTV : 480i/p, 576i/p
Compatibilidade 3D	Frame packing, Side-by-Side, Top-and-Bottom
3D	full 3D
Dimensões	não superiores a 500x335x175mm (LxPxA)
Peso	não superior a 13 Kg

d) 1 x unidade – Servidor para Projetor de Vídeo 4K, deverá ser servidor/computador portátil, com as seguintes especificações principais:

- Processador com 8 cores e 12 threads, com uma máxima de pelo menos 4.60 GHz;
- Ecrã com 15.6” e resolução de 1920x1080;
- 16GB de memória RAM;
- Disco SSD com 512GB;
- Sistema operativo Windows 11;
- Saída de vídeo por porta HDMI, com suporte de resolução 4K, para ligação ao projetor de vídeo do ponto;

e) 1 x conjunto – Panejamento para Enquadramento da Imagem e Blackout, de cor preta, para enquadramento da imagem projetada e garantia de clackout, composto pelos seguintes elementos:

- 6 unidades | Bambolina com 11 metros de largura e 2 metros de altura
- 8 unidades | Perna com 2 metros de largura e 6 metros de altura
- 1 unidade | Pano de fundo com 11 metros de largura e 6 metros de altura;

f) 1 x unidade – Kit Protátil de Telas de Projeção de Vídeo, com as seguintes características técnicas principais:

- 2 telas (uma para projeção frontal e outra para retroprojeção) com dimensão de 400x250;
- Estrutura de fixação de tela desdobrável, em alumínio, com pés que permitam a utilização da estrutura pousada no chão;
- Flight case para arrumação e transporte de todos os elementos (telas e estrutura).

3. SISTEMA DE DIFUSÃO ÁUDIO

a) 1 x unidade – Mesa de Mistura de Som Digital, com as seguintes características:

- 40 entradas de sinal áudio stereo;
- 8 entradas AUX stereo;
- 8 saídas de sinal áudio analógicas;
- 28 buses de mistura;
- 8 pré-amplificadores de microfone;
- 2 saídas para auscultadores;
- 16 engines de efeitos;
- 6 bandas de equalização nas entradas de sinal;
- 8 bandas de equalização nas saídas de sinal;
- 24 faders motorizados, divididos em 3 seções configuráveis;
- 3 portas AES50 (48x48 canais por parte, com cabo de comprimento máximo de 80 metros);
- 1 entrada e 1 saída MIDI;
- Placa com slot dupla de cartões SD para gravação e playback de até 64 pistas;
- Interface áudio por USB 2.0, com 48x48 canais;
- 2 porta Ethernet RJ45 para controlo remoto;
- Ecrã tátil de 10" de inclinação ajustável;

b) 2 x unidades – Caixa de Palco I/O, com as seguintes características:

- Comunicação por protocolo AES50;
- 16 entradas (XLR3) alimentação phantom 48V comutável;
- 8 saídas (XLR3) de baixa impedância balanceadas;
- 2 portas AES50 (etherCON);
- 1 porta ULTRANET;

- MIDI in e out;
- Montável em rack de 19”;
- Altura não superior a 2 unidades de rack;
- Profundidade não superior a 210mm;

c) 4 x unidades – Coluna de Som para Surround, do tipo passivo, com as seguintes características principais:

Resposta de frequência (padrão de -5 dB)	55 Hz - 20 kHz
Pressão sonora max. (1m, campo livre)	135 dB
Configuração	coluna passiva de 2 vias
Impedância nominal	8 Ω
Potência (RMS / pico 10 ms)	250/1600 W
Ângulo de dispersão nominal (h x v)	75°
Componentes	1x driver de 15" com íman de ferrite coaxial 1x driver 1.4" de compressão de saída crossover passivo
Conexões	2x NL4
Dimensões máximas (A x L x P)	355 x 580 x 500 mm
Peso máximo	24 Kg

- A coluna deverá incorporar duas pegas, dois protetores para utilização da coluna no chão e um sistema de rigging, que permita a sua suspensão vertical ou horizontal, em conjunto com hardware dedicado. Deverá ainda incorporar um encaixe que permita a sua montagem em tripé de coluna.

d) 1 x unidade – Amplificação/Processamento para Colunas de Som para Surround

- Deverá ser fornecido amplificador digital de 4 canais, equipado com processador de sinais digitais (DSP) para configuração e protecção dos equipamentos / altifalantes que alimenta. Deve incorporar entradas de sinal digital e analógico, bem como saídas link, controle remoto e capacidades de monitorização via Ethernet (OCA) ou CAN-Bus. O interface com o utilizador deve ser um interface Web Remote via software de controle remoto.

- Deverá estar equipado com quatro conectores de entrada analógicos, sendo utilizados também como saída de link, dois conectores de entrada digital, cada um aceitando um sinal de áudio digital de 2 canais (AES3). As entradas analógicas devem ser balanceadas eletronicamente com uma impedância de entrada de 38 kOhm e as entradas digitais devem ser balanceadas por transformador com uma impedância de entrada de 110 ohm, enquanto a saída do link digital deve ser balanceada eletronicamente, fornecendo buffer de sinal analógico (atualização) e relé de falha de energia (Bypass).
- A amostragem deve ser de 48/96 kHz / 2 Ch / n e Word-Sync: PLL-bloqueado para sincronização de fonte (modo escravo). O tipo de conector para todas as entradas de áudio e saídas de link deve ser de 3 pinos Phoenix Euroblock macho (Phoenix MSTB 2,5 / 3-STZ).
- O processamento de sinal deve utilizar uma taxa de amostragem de 96 kHz com conversão de 27 bits ADC / 24 bits DAC enquanto a latência não deve exceder 0,3 mseg.
- Os conectores de saída devem ser 2 x fêmeas Phoenix Euroblock de 4 pinos (Phoenix IPC 5/4-STF-7,62).
- As configurações de saída devem ser selecionáveis para modos ativos de canal duplo, top / sub e bidirecional.
- Deverá ser equipado com cinco linhas GPIO num conector macho Euroblock Phoenix de 6 pinos (Phoenix MSTB 2,5 / 6-STZ) como linhas de controle digital que podem ser configuradas como entrada ou saída (entrada / saída) e devem permitir qualquer nível (ativado/desativado) ou acionamento de borda (subida / descida).
- Deverá possuir um contato de FAULT num macho de Phoenix Euroblock de 3 pinos (Phoenix MSTB 2,5 / 3-STZ) para permitir que um erro geral do dispositivo seja indicado remotamente.
- Deverá incorporar dois equalizadores de 16 bandas definidos pelo utilizador para aplicação independente em cada canal, permitindo filtros paramétricos, filtros hi-shelve e filtros lo-Shelve, bem como filtros assimétricos.
- Deverá possuir a funcionalidade de delay de sinal de até 10 seg. (3440 m) para aplicação independente em cada canal.

- Deve conter um gerador de sinal que ofereça ruído rosa ou programa de onda sinusoidal e funções de monitorização de carga e verificação do sistema, para verificar o estado da impedância do altifalante. A monitorização de carga deve permitir o visionamento da impedância para determinar o estado de um driver LF ou HF em sistemas com múltiplos elementos, mesmo se estes possuírem crossover passivos.
- A monitorização de entrada deve ser incluída para permitir a deteção de sinais piloto recebidos.
- Deverão possuir a função de compensação do comprimento do cabo para melhorar a resposta ao impulso.
- A função Override deve estar disponível para permitir que uma entrada analógica dedicada seja configurada como um caminho de sinal principal com a mais alta prioridade para mensagens gerais ou serviços de emergência.
- Uma função AutoStandby deve alternar automaticamente o amplificador para o modo Standby após um tempo predefinido quando o nível do sinal de entrada nas entradas especificadas individualmente cair abaixo de um limite definido. A função deve ser independente do status mudo dos respetivos canais. Uma função AutoWakeup recodificará automaticamente o amplificador, quando um sinal de entrada estiver presente e exceder um limiar definido.
- Deverá ser equipado com fonte de alimentação de modo comutado e permitir uma faixa de alimentação de 100 a 240 V AC, tensão de alimentação de 50 a 60 Hz.
- Deverá fazer a monitorização da tensão de rede, limitador de corrente de alimentação, auto-reset por sobre aquecimento e possuir proteção de sub e sobretensão.
- A compensação do fator de potência (PFC) deve ser incorporada para fornecer um consumo de corrente sinusoidal limpo e eficiente.
- Deve ter ventiladores controlados por temperatura e sinal para arrefecimento dos componentes internos.

- Cada canal de amplificação deverá possuir proteção de falta à terra, supressão de ruído de saída, proteção DC offset, limitação de tensão de saída HF, limitação / proteção de corrente de saída e proteção de sobreaquecimento por auto-reset.
- A potência de saída deve ser de 4 x 700/350 W em 4/8 ohms com um crest factor (CF) de 6 dB, com todos os canais em funcionamento e de 4 x 700/350 W em 4/8 ohms com um crest factor (CF) de 12 dB, com todos os canais em funcionamento.
- O fator de damping (20 Hz - 200 Hz em 4 ohms) deve ser >80 enquanto a relação sinal/ruído (não ponderada, RMS) deve ser >104 dBr (entrada analógica) e >106 dBr (entrada digital).
- As dimensões (AxLxP) não devem exceder 2RU x 19 "x 435 mm e deve pesar no máximo 10,6 kg.
- Deverá ainda possuir a capacidade de distribuição de frequências e pressão acústica de forma homogénea, remotamente controlável por software (tecnologia "array processing").

e) Serviço de Instalação do Sistema de Difusão Áudio

- Serviço de instalação do sistema de difusão áudio, incluindo toda a cablagem e infraestruturas de distribuição de energia e sinal no palco, passagem de cabos de rede entre o palco e a régie, e alteração das infraestruturas de sinais na régie. Devem ser feitos ainda todos os testes, assegurando que todo o sistema funcione corretamente.
- Este serviço deve ainda incluir a formação aos técnicos residentes, sobre o sistema implantado e todos os seus componentes.

1. SISTEMA DE CAPTAÇÃO STREAMING E EDIÇÃO DE VÍDEO

a) 4 x unidades – Sistema de Microfone de Lapela sem fios, composto por:

- 1 x Recetor sem fios, com as seguintes características principais:
 - Gama de frequências UHF de 470.2 - 526 MHz;
 - Resposta de frequências de 20 a 20,000 Hz (–3 dB);
 - Par de antenas externas;
 - Até pelo menos 2240 frequências selecionáveis;

- Largura de banda de 56 MHz que permite até pelo menos 90 canais;
- 1x Emissor do tipo beltpack, com as seguintes características principais:
 - Alimentação feita através de 2 pilhas alcalinas do tipo AA de 1.5V (incluídas no fornecimento);
 - Potência máxima de transmissão de pelo menos 10 mW;
 - Dimensões não superiores a 83 x 64 x 26mm (sem contar com a antena);
 - Peso não superior a 120g;
- 1x Microfone miniatura de lapela, com as seguintes características principais:
 - Tipo condensador;
 - Padrão de polaridade omnidirecional;
 - Cor bege;
 - Resposta de frequências de 20 a 20000 Hz;
 - SPL máximo de 142dB;
 - Diâmetro não superior a 3,3mm;
 - Peso não superior a 0,1g; não superiores a 83 x 64 x 26mm (sem contar com a antena);

Os elementos do sistema devem ser todos da mesma marca e totalmente compatíveis entre si.

a) 1 x unidade – Câmara de Vídeo do Tipo PTZ, com as seguintes especificações principais:

- Sensor CMOS de placa única de tipo 1/2,3 pol.;
- Pixéis efetivos de aproximadamente 8,29 megapixéis (3840 x 2160);
- Objetiva f=3,67 – 73,4 mm, F/1,8 – 2,8;
- Zoom ótico de 20x;
- Zoom digital de 20x;
- Abertura circular de 8 lâminas;
- Iluminação mínima de aproximadamente 1,5 lux (velocidade do obturador de 1/30 seg., taxa de fotogramas de 59,947 p (AE programada), modo de disparo, obturador lento automático ligado);
- Velocidade do obturador de 1/6 – 1/2000 seg.;

- Íris de abertura manual/automática;
- Filtro ND incorporado (1/8 no máximo, gradação ND), motorizado;
- Suporte de protocolos de controlo e transmissão RTMP/RTMPS, NDI|HX, RTP/RTSP, SRT, FreeD e Protocolo XC;
- AF híbrida para uma focagem rápida e precisa mesmo em condições de pouca luz;
- Estabilizador de imagem ótico;
- Controlo da comunicação via LAN, Wi-Fi, série, IR;
- Terminais de rede por LAN, RJ45, 1000Base-T;
- Saídas de sinal por SDI (BNC), HDMI, RS-422 (RJ45) e USB;
- Alimentação PoE+ através de conetor de LAN (compatível com IEEE802.3at);
- Dimensões não superiores a 155x180x165mm (excluindo saliências);
- Peso não superior a 2,5Kg.;

com as seguintes características principais

- Peso não superior a 120g; entradas AUX stereo;
- 8 saídas de sinal áudio analógicas;
- 28 buses de mistura;

c) 1 x unidade – Controlador Remoto para Câmara de Vídeo do Tipo PTZ, com as seguintes especificações principais:

- Configuração de várias câmaras através de IP;
- Controlo de até 100 unidades PTZ;
- Ecrã tátil de 7 polegadas que permita alternar facilmente entre câmaras, bem como uma gestão rápida das definições de focagem, equilíbrio de brancos, velocidades do obturador, etc.;
- Joystick multifunções que permita um ajuste preciso dos movimentos e definições da câmara, com uma pega de controlo na parte superior, que permita o controlo do zoom, da focagem e da íris;
- Botão de zoom profissional que permita efetuar ajustes suaves e precisos com definição ampla e à distância;
- Dois botões atribuíveis pelo utilizador, bem como dois botões de função dedicados e um botão de controlo personalizável no joystick;

- Até 100 ângulos predefinidos por câmara com o ecrã tátil de 7";
- Função de seguimento para permitir a gravação de até dez movimentos diferentes (deslocação, inclinação e zoom) que podem ser reproduzidos com o toque de um botão;
- Integração de LAN e de série.

d) 1 x unidade – Controlador/Interface de Conteúdo Streaming, com as seguintes especificações principais:

- Possibilidade de “trigger” várias funções, tais como, mudar câmara, cortar som a microfone, abrir aplicações, aplicar efeitos sonoros, ligar luzes, mudar cenas, etc.;
- Integração com várias aplicações, tais como, OBS, Twitch, Twitter, XSplit, YouTube, Spotify, iCue, Philips Hue, LIFX, IFTTT, Zoom, PowerPoint, Keynote, Apple Mail, etc.;
- 32 botões com ecrã LCD, customizáveis;
- Interface por USB-C;
- Suporte de inclinação;
- Dimensões não superiores a 185x115x35mm (medidas sem suporte de inclinação);
- Peso não superior a 500g.

29

e) 1 x unidade – Router de 8 portas com POE+, com as seguintes especificações principais:

- 8 portas Gigabit RJ45 com velocidade de 10/100/1000Mbps com PoE+ 802.3af/at, com pelo menos 30W por porta (no total, deverá ter, pelo menos, uma potência de 153W quando todas as portas estão a ser utilizadas);
- Priorização de tráfico;
- Possibilidade de montagem em rack;

f) 1 x unidade – Software de Produção de Vídeo ao Vivo, Streaming e Mistura

- Deverá ser fornecido software ou conjunto de softwares, com capacidade para, simultaneamente, processar streaming, efetuar gravação e permitir a

saída de sinal de vídeo para outros dispositivos. Este software deverá ser compatível com sistemas operativos Windows e MacOS.

g) 1 x unidade – Computador para Streaming e Edição de Vídeo, em formato compacto, com as seguintes características técnicas, periféricos e software:

- Processador com CPU de 10 núcleos, GPU de 16 núcleos e Neural Engine de 16 núcleos;
- 16 GB de memória unificada;
- 1 TB de armazenamento SSD;
- Uma porta ethernet Gigabit;
- Quatro portas Thunderbolt 4, porta HDMI, duas portas USB-A;
- Saída para auscultadores;
- Wi-Fi 6E (802.11ax);
- Bluetooth 5.3;
- Dimensões não superiores a 3,6cm (altura) x 20cm (largura) x 20cm (profundidade);
- Peso não superior a 1,3Kg;
- Rato sem fios, de tecnologia multi-toque com bateria recarregável através de ligação USB-C, compatível e da mesma marca do computador a fornecer;
- Teclado sem fios em português com tecnologia “Touch ID” e teclado numérico, com bateria recarregável através de ligação USB-C, compatível e da mesma marca do computador a fornecer;
- Dois ecrãs de 27” com resolução 4K, com suporte de fixação a mesa de altura ajustável, ligação de sinal de vídeo USB-C, cores sRGB 99%, brilho de 350cd/m² e contraste de 1000:1;
- Software Final Cut Pro pré-instalado;
- Software Logic Pro pré-instalado.

O Presidente da Câmara Municipal de Santa Comba Dão,

Leonel José Antunes Gouveia